

RESENHA DE LIVRO

**DEVASSOS NO PARAÍSO: A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL,
DA COLÔNIA À ATUALIDADE***Matheus Svóboda Caruzo*

TREVISAN, J. S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Esta resenha tem o objetivo de narrar a constituição da nacionalidade brasileira como identidade e a vivência da homossexualidade no Brasil, com base no livro *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*, do autor João Silvério Trevisan. Trevisan é escritor, jornalista, tradutor e dramaturgo, além de um dos principais nomes do ativismo LGBTQIA+ no Brasil. Fez parte do corpo editorial original do *Lampião da Esquina*, primeiro veículo midiático sobre questões acerca da sexualidade no Brasil, bem como participou do Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, um dos primeiros coletivos pela busca de direitos aos LGBTQIA+ do país. Recebeu um pedido da editora britânica Gay Men's Press, em 1982, e deu início à escrita da obra resenhada neste trabalho, descrevendo uma história da homossexualidade no Brasil. Assim, nos parágrafos seguintes serão esquadrihados os principais acontecimentos e marcos históricos referentes à construção de uma identidade brasileira e à experiência homossexual no Brasil.

Nos capítulos iniciais, Trevisan destaca que muito antes do grito de “terra à vista” ressoado pelos tripulantes da esquadra do português Pedro Álvares Cabral, em 1500, o nome Brasil qualificava uma ilha utópica com características paradisíacas no imaginário europeu da Idade Média. Acreditava-se que a Ilha Brasil, ou Ínsula Deliciosa, estaria localizada perto da Irlanda – o que levou inúmeros navegadores ingleses a buscá-la. Desde a colonização, em meio a reviravoltas e mal-entendidos políticos, a identidade do brasileiro passou a ser gradativamente construída sob um projeto de nação que, estrategicamente, representaria um elo conetivo maior do que etnias ou nacionalidades, dado que a configuração do povo sempre foi heterogênea. Entre portugueses colonizadores, indígenas colonizados, negros africanos escravizados, prisioneiros portugueses aqui despatriados e inúmeros exploradores vindos de todo o mundo, a utopia europeia aqui atracou, mas não foi efetuada.

No capítulo 5, o autor ressalta que muitos foram os antropólogos e viajantes que desembarcaram no território brasileiro com intuito de realizar etnografias sobre os indígenas e os costumes silvícolas. Os primeiros relatos sobre a

configuração da sociedade indígena e os hábitos aborígenes no Brasil pontuam, dentre outras, a forte liberdade sexual e o intenso apetite sexual dos índios brasileiros. Nessa ótica, o historiador Abelardo Romero os apelidou de “devassos no paraíso”, apontando que seus princípios sobre o sexo e a sexualidade em nada se assemelhavam aos preceitos ocidentais baseados no Cristianismo. No paraíso tropical, o que mais estremecia as bases cristãs de compreensão era a prática da sodomia.

Em 1576, o português Pedro de Magalhães de Gândavo constatou que a sodomia estava presente entre os indígenas brasileiros como se não existisse a noção de homem e masculinidade, o que foi reafirmado pelo francês Jean de Léry em 1577. Livres dos estereótipos de sexo, os silvícolas brasileiros nada tinham a se preocupar quanto a se apresentarem “masculinos” ou “femininos”, haja vista a inexistência desses conceitos e atribuições de gênero. Trevisan remonta pensamentos do jornalista americano Allen Young (1973), que discute que o machismo e a homofobia disseminados na cultura latina e brasileira poderiam ser exterminados com relativa facilidade se comparados com os mesmos fenômenos enraizados na cultura europeia. A cultura latina *per se* jamais escondeu ou fingiu a inexistência da homossexualidade, ao contrário da cultura anglo-saxônica. Pode-se dizer, portanto, que a homossexualidade enquanto uma categoria e o homoerotismo enquanto uma prática a qual eram designados castigos e punições, só surgem como instâncias particulares e tributárias de sentidos específicos com a presença dos colonizadores em terras brasileiras.

No capítulo 11, o autor descreve que com a instauração do Estado português e da ótica cristã ocidental em terras tupiniquins, a outrora livre expressão de sexualidade entre os silvícolas transformou-se em objeto persecutório. Calcula-se que a Santa Inquisição portuguesa no Brasil processou mais de 40 mil pessoas, queimou mais de 1800 na fogueira e condenou quase 30 mil pessoas a outras punições. Na primeira e segunda visita do Tribunal da Inquisição a Bahia, o crime de sodomia aparecia

em segundo lugar entre os mais praticados, assim como o tribadismo (relação homossexual entre mulheres).

No capítulo 16, Trevisan destaca que a partir do século XIX surgem novos articuladores de controle pautados na ciência. Gradativamente, higienistas, médicos-legistas e psiquiatras preencheram o corpo social, higienizando a população mediante campanhas de moralização e assistência filantrópica. Não só o corpo, mas as emoções e os pensamentos passaram a ser controlados pela ciência, cujos padrões de higienismo tinham o objetivo de melhorar a raça e, conseqüentemente, melhorar a pátria. Sob a ótica científica incorporada na figura dos médicos e higienistas, o Estado se colocou no interior das famílias e passou a condenar os libertinos, celibatários e homossexuais, “[...] tidos como cidadãos irresponsáveis e adversários do bem-estar biológico-social” (TREVISAN, 2018, p. 169).

O “boom guei”, como chamado por Trevisan a partir dos capítulos 24 e 25 do livro, chegou às grandes mídias e repercutiu em todo o país, sobretudo no sudeste e nordeste. Nesse ínterim, começou-se a rascunhar um projeto de Movimento de Liberação Homossexual no Brasil. As articulações da contracultura dos anos 1960 já haviam respingado no Brasil e instauraram um imperativo de luta por mudanças. Em uma espécie de refluxo à repressão, os teatros gays ficaram cada vez mais cheios, as *drags queens* e a travestilidade demarcaram seu lugar nas ruas e espaços geográficos específicos na cidade foram recortados como pontos de encontro da população dita marginal. Com o espírito de *Stonewall* em ebulição, surgiu o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, o jornal *Lampião da Esquina* começa a ser veiculado e temas como sexo e gênero, afirmação da sexualidade, ruptura do modelo heteronormativo e direitos homossexuais passaram a ser discutidos.

Nesse movimento de ascensão social e maior aceitação, nada preparava a população para o “surto de paranoia” que assolou o país a partir dos primeiros casos de AIDS em 1982, que transformou os homossexuais em “para-raios e bodes expiatórios, receptores da ansiedade coletiva” (TREVISAN, 2018, p. 301). Desde então, mais de 205 mil mortes e 506 mil casos de AIDS foram registrados no país. Em meio à iminência de morte, à má-informação e à negligência de cuidados, os homossexuais transformaram-se nos *dalits* da sociedade, vítimas de discriminação nos mais variados âmbitos. Como ressalta Trevisan (2018), a doença física da AIDS foi associada à homossexualidade, transformando-se em uma “doença moral”. Isto é, o doente de AIDS era culpado por sua doença. Não à toa, a epidemia de AIDS foi chamada de peste, ideia que resgata os preceitos medievais que encaravam as grandes doenças como castigos divinos. Sendo a peste letal, inevitavelmente a homossexualidade foi correlacionada como a causa.

Em plena ascensão do movimento liberacionista, a AIDS foi recebida como um divisor de águas que fez retroceder a expansão até então conquistada. A homo-

ssexualidade, antes execrada, tornou-se maldita. Em Salvador, um vereador evangélico criou um grupo de recuperação para homossexuais, no qual “ensinava homem a ser homem” (TREVISAN, 2018, p. 417). No Rio de Janeiro, pastores cristãos criaram um centro de tratamento para homossexuais e médicos vieram a público garantir seus serviços de reversão sexual. Na Psicologia, pipocaram as técnicas de reversão na mesma medida em que se começou a tratar o medo da AIDS como um problema comórbido com transtornos de ansiedade, de estresse pós-traumático e crises de pânico. Além da mortalidade, as ressonâncias da AIDS atingiram fortemente a saúde mental e psicológica dos homossexuais. Encorpendo o pânico já enraizado, a AIDS provocou uma forte dose de rejeição e autorrejeição.

Mesmo assim, a década de 1990 assistiu à ascensão cada vez maior dos homossexuais ao mercado. O consumo da população LGBT+ mobilizou todo um setor econômico, que abriu suas margens para adicionar a população gay em sua agenda comercial. Surgiram produtos e serviços direcionados ao público LGBT+ e este rapidamente se tornou um dos principais nichos de consumo do mercado brasileiro. Em 1995, fundou-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), que tinha o objetivo de articular a criação de políticas públicas no país. Em termos jurídicos, a maior manifestação da exigência de direitos aos homossexuais foi a reivindicação à união civil entre pessoas do mesmo sexo. O projeto de lei 1151/95, que recebeu o nome de Parceria Civil Registrada, foi proposto pela deputada Marta Suplicy e foi alvo de um rigoroso contragolpe político. Após longo percurso burocrático, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011, seguido do Conselho Nacional de Justiça, em 2013.

Em 1999, realizou-se o Seminário Nacional de Cidadania Homossexual, no auditório da Câmara Federal, em Brasília. No mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) sancionou a Resolução 001/99 estabelecendo normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999). Algum tempo depois, em 2011, a Frente Parlamentar Evangélica apresentou o projeto legislativo 234/11, que foi amplamente divulgado e discutido como a “cura gay”. Com o objetivo de revogar as normas pautadas pelo CFP na Resolução 001/99, o projeto foi aprovado em junho de 2013, após o pastor evangélico Marco Feliciano assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Como resultado, houve uma avalanche de manifestações e protestos contra a aprovação em todo o país. Logo depois, o projeto foi cassado e o CFP reafirmou seu caráter autárquico, bem como o vigor das normativas da Resolução. Ainda assim, em 2016 surgiram dois novos projetos de decreto legislativo (493/16 e 539/16) com os mesmos objetivos e, em 2017, o juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho emitiu uma liminar

permitindo que psicólogos oferecessem serviços de reversão sexual sem sofrerem represália do CFP. Em contrapartida, o CFP aprovou uma regulamentação proibindo psicólogos de propor ou colaborar com serviços que visem à readequação de identidade de gênero, em 2018, em adição à 001/99, referente aos homossexuais.

No capítulo 46, o autor ressalta que a preocupação da bancada evangélica brasileira em curar a homossexualidade vem de longa data. Com métodos análogos ao exorcismo, surgiram centros de reabilitação para homossexuais em todo o país. Terapia de Reorientação Sexual, Terapia de Reversão Sexual, Terapia Reparativa e Terapia de Conversão foram alguns dos nomes pseudocientíficos que surgiram como propostas de cura gay, que incluíam tratamentos de ordem clínica e de ordem religiosa, dentre eles a hipnose, a técnica EMDR (reprocessamento e dessensibilização pelo movimento ocular) e o “trabalho de libertação”, sendo essa última uma lógica que defendeu a cura da homossexualidade a partir do trabalho braçal. Em 2013, o CFP e a Ordem de Advogados do Brasil (OAB) divulgaram um relatório denunciando algumas instituições que, sob o pretexto de estar tratando dependentes químicos, realizavam técnicas de reversão sexual das mais variadas formas.

Criticamente, Trevisan desenha o percurso da vivência e do entendimento social sobre a homossexualidade no Brasil a partir de alguns pontos-chaves, a saber: os paradigmas ocidentais trazidos pela colonização e pela Inquisição portuguesa; os antecedentes de liberação sexual herdado dos silvícolas brasileiros; a ótica higienista de controle dos corpos vigente a partir do século XIX; o movimento de contracultura dos anos 1960; a inserção da diversidade sexual no mercado econômico, como produto e como consumidor; e o histórico de violência sistemática e discriminação estrutural contra o não heterossexual e os relacionamentos homoafetivos.

Trevisan chama a atenção, também, para a importância de ressaltar o papel modulativo da identidade cultural brasileira na constituição de uma vivência homossexual no país. Sob a forte presença de uma cultura contraditória, que ao mesmo tempo transforma a bunda em insígnia nacional e execra o sexo anal, a homossexualidade é tomada, na primeira necessidade ou defasagem social, como bode-expiatório dos males da sociedade. Em terras utopicamente paradisíacas, a utopia transforma-se em uma distopia tipicamente orwelliana para aqueles que divergem das normativas de gênero, sexo e raça. Admitindo as bases estruturais para o desenvolvimento psicológico em uma sociedade que recrimina, inferioriza e desnormaliza, aspectos como autoaceitação, autoestima, padrões emocionais, padrões de afeto e modelos de apego são elaborados de maneira distinta pelos desviantes, acarretando comportamentos de defesa tanto em relação a um perigo iminente, quanto ao desenrolar psíquico frente à marginalização da identidade e restrição do desejo.

Referências

TREVISAN, J. S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

YOUNG, A. Gay gringo in Brazil. In: RICHMOND, L; NOGUERA, G. *The gay liberation book*. California: Ramparts Press, 1973. p. 60-67.